

Política Rever Constituição exige maioria de dois terços dos deputados

PS admite negociar com PSD revisão cirúrgica da Constituição

Metadados e confinamentos são temas em que pode haver diálogo entre socialistas e sociais-democratas. Falta decidir se será aproveitado processo aberto pelo Chega

Sónia Rodrigues
e São José Almeida

O PSD quer aproveitar o processo de revisão constitucional desencadeado pelo Chega e está convencido de que o PS também vai participar, reflectindo a vontade do primeiro-ministro em fazer alterações cirúrgicas, nomeadamente sobre metadados e confinamentos, segundo fonte da direcção nacional social-democrata. Por outro lado, um responsável governamental confirmou ao PÚBLICO que “esses pontos devem ser revistos, sim”.

O mesmo responsável referia-se concretamente ao cabimento constitucional da lei dos metadados e da declaração de confinamentos por razões de saúde pública por parte do Governo. Questões que têm sido referenciadas como exigindo alterações na lei fundamental.

“É por isso que o PSD avança? Não”, diz o mesmo responsável governamental, aproveitando para criticar o PSD: “Como aconteceu com Rui Rio, é possível matar a revisão do Chega e, um dia, fazer essas alterações cirúrgicas.” Para concluir: “O PSD vai a jogo porque quer jogar com o Chega.”

Ou seja, o PS percebe a necessidade de uma revisão constitucional cirúrgica para resolver a questão dos metadados e dos confinamentos, mas o PÚBLICO sabe que a direcção dos socialistas ainda não discutiu internamente se deverá aceitar iniciar um processo de revisão constitucional que foi aberto pelo Chega e aproveitá-lo para proceder apenas a alterações pontuais. Na direcção do PSD considera-se igualmente que o *timing* do processo é extemporâneo, mas vingou a ideia de se avançar com um projecto.

O Chega entregou um projecto de alteração da Constituição a 12 de

um processo de revisão constitucional. No prazo de 30 dias, os demais partidos parlamentares podem avançar com propostas. É o que o PSD irá fazer depois de levar o seu projecto ao conselho nacional extraordinário no próximo dia 10.

Havendo um processo aberto, o PSD aproveita para avançar com propostas porque vê necessidade de fazer alterações à Constituição, argumentou uma fonte da direcção do partido, adiantando que António Costa tem manifestado vontade, em reuniões privadas, de proceder a alterações cirúrgicas à lei fundamental como nos metadados, na sequência do chumbo de normas da lei por parte do Tribunal Constitucional. Aliás, em Maio, a propósito dessa lei, o primeiro-ministro admitia a realização de uma revisão constitucional cirúrgica.

A direcção do PSD rejeita a ideia de que o líder social-democrata, Luís Montenegro, tenha entrado em contradição ao pretender avançar agora com um projecto de revisão constitucional quando ainda há dois meses disse que o tema não era uma prioridade. Há um ano e meio, o PSD então liderado por Rui Rio optou por não participar no processo aberto pelo Chega e não apresentou qualquer proposta.

Os sociais-democratas juntaram-se aos demais partidos que chumbaram, de uma só vez e numa única reunião, a proposta de André Ventura. Nesta comissão, a Iniciativa Liberal tinha apresentado um projecto que acabou por retirar. Em bloco, os partidos mataram a comissão de revisão constitucional desencadeada pelo Chega.

Desta vez, se o PSD entregar uma proposta, haverá debate entre os dois partidos, apesar de nenhuma alteração à lei fundamental se concretizar



Temas de consenso entre PS e PSD

Metadados

Em Maio, António Costa admitiu uma “revisão constitucional cirúrgica” para permitir que os metadados possam ser utilizados para recolher informação ou como prova numa investigação criminal, face às sucessivas recusas do Tribunal Constitucional.

Do lado do PSD, Rui Rio defendeu que não havia necessidade de uma revisão constitucional “apenas” para resolver o assunto dos metadados e o seu então líder parlamentar, apesar de ter a mesma opinião, adiantou que o projecto de revisão constitucional do PSD incluía essa matéria (mas esse texto nunca foi tornado público) e defendeu que o caso mostrava “a conveniência e a necessidade” de uma revisão da Constituição.

Confinamentos

A gestão da pandemia já mereceu, pelo menos, 23 “puxões de orelhas” do Tribunal Constitucional, grande parte deles por ilegalidades nos

confinamentos obrigatórios. No ano passado, o Governo incumbiu um grupo de trabalho de preparar um anteprojecto de lei de emergência sanitária que tornou público em Maio, mas que mereceu duras críticas de constitucionalistas e que até hoje não foi vertido numa proposta de lei entregue no Parlamento.

Na última proposta de revisão constitucional apresentada pelo PSD de Rui Rio, em Maio, o partido abria a possibilidade de “confinamento ou internamento de pessoa com grave doença contagiosa, se necessária por razões de saúde pública, mesmo sem decisão judicial, em condições a determinar por lei”.

Mas não entrava em detalhes e remetia os aspectos práticos para uma futura lei de emergência sanitária. Que até hoje continua sem avançar e já tem prometida, pelo Presidente da República, uma fiscalização da constitucionalidade preventiva. Uma alteração constitucional pode antecipar muitos problemas — e criar outros. **Leonete Botelho**

sem a concordância do PS, já que são precisos dois terços dos deputados para aprovar mudanças no texto constitucional. Ao que o PÚBLICO apurou junto de vários dirigentes sociais-democratas, o PSD não pretende aprovar propostas do Chega.

Restritiva ou abrangente?

O âmbito do projecto que venha a ser apresentado pelo PSD ainda está em aberto, podendo ser mais restritivo ou mais abrangente, depois de, em Maio de 2022, Rui Rio ter anunciado uma revisão alargada, ainda que o articulado não tivesse dado entrada no Parlamento por circunstâncias internas. Neste momento, ainda não há nenhuma decisão tomada sobre o teor do projecto, segundo a mesma fonte da direcção. O assunto vai ser discutido na comissão permanente do partido na segunda-feira.

O trabalho está a ser coordenado pelo antigo ministro Miguel Poiares Maduro, a convite de Luís Montenegro. Só no final da semana serão conhecidas as conclusões e o texto que será submetido aos órgãos nacionais do partido. O objectivo é apresentar um “projecto diferenciador mas realista”, embora a direcção do PSD admita que será feito “num contexto de tempo exigido” e reconheça a “extemporaneidade” da colocação do tema na agenda.

O PSD considera que a revisão constitucional tem tido um “bloqueio